



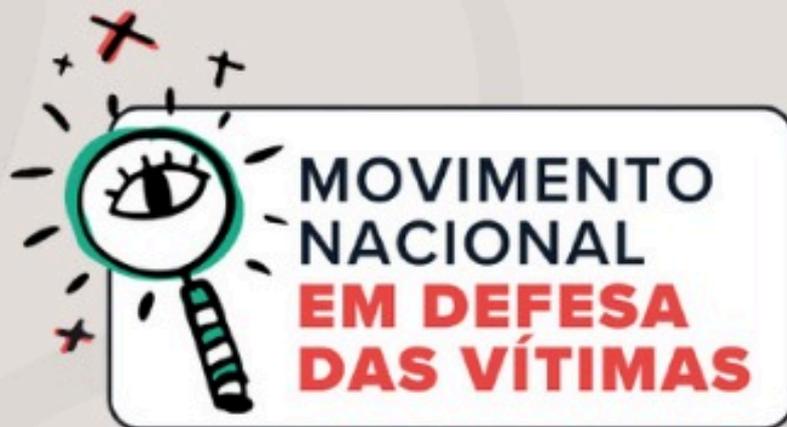
**MPMT**

Centro de Apoio Operacional de Defesa das Vítimas,  
Testemunhas e Colaboradores

*Boletim Informativo*

# **CAO VÍTIMAS**

**04.2024**



## APRESENTAÇÃO

O Centro de Apoio Operacional de Defesa das Vítimas, Testemunhas e Colaboradores, tem como finalidade essencial prestar apoio técnico às (aos) procuradoras (es) e promotoras (es) de Justiça, bem como às (aos) servidoras (es) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio de, pesquisas jurídicas, materiais de apoio, buscas processuais e realizações de projetos relacionados à área da defesa das Vítimas, Testemunhas e Colaboradores.

# SUMÁRIO

<u>LEGISLAÇÕES.....</u>	<u>4</u>
<u>ATUAÇÃO DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS E TRIBUNAIS DE JUSTIÇA .....</u>	<u>5</u>
<u>BANCO DE PEÇAS -CAO-VÍTIMAS.....</u>	<u>14</u>

## **EQUIPE CAO-VÍTIMAS**

**Vinícius Gahyva Martins**

Promotor de Justiça e Coordenador do CAO-Vítimas

**Renee do Ó Souza**

Promotor de Justiça e Coordenador Adjunto do CAO-Vítimas

**Raul Prado de Sousa**

Auxiliar Ministerial

**Juliano Borges Gomes**

Residente Jurídico

Contato: [cao.vitimas@mpmt.mp.br](mailto:cao.vitimas@mpmt.mp.br)



## Lei nº 14.321/2022

Altera a Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019, para tipificar o crime de violência institucional.

## Lei nº 13.431/2017

Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

## Lei nº 11.340/2006

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e dá outras providências.

## Lei nº 8.069/1990

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

## Lei nº 12.845/2013

Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.

## Lei nº 9.807/1999

Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal.

## Lei nº 9099/1990

Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. É considerada um marco da justiça restaurativa, pois introduz no ordenamento brasileiro a ideia da justiça negociada.

## Resolução CNMP nº 243

Dispõe sobre a Política Institucional de Proteção Integral às Vítimas de Infrações Penais e Atos Infracionais, voltada à assistência, reparação e respeito à dignidade e aos direitos fundamentais das vítimas.

# Atuação dos Ministérios Públicos dos Estados e Tribunais de Justiça

## MPCE orienta delegacias de Solonópole e Milhã sobre atendimento adequado às vítimas de violência



A iniciativa visa educar e conscientizar a sociedade acerca dos direitos e das leis de proteção dos cidadãos LGBTI+ a partir da difusão de conteúdos relacionados aos temas. Para isso, o Núcleo se propõe a desenvolver diretrizes temáticas, articular o financiamento de projetos e disponibilizar uma equipe de comunicação e design para produzir as artes das ações conjuntas e publicações informativas e pedagógicas.

Conforme a recomendação, já na delegacia, as vítimas de violência devem ser orientadas acerca de seus direitos e garantias, sendo indicado, quando necessário, serviços de apoio especializados e como elas podem acompanhar as investigações. As medidas seguem o que determina a Resolução Nº 243 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

O MPCE ainda orientou que, após esse atendimento inicial feito na delegacia, as vítimas sejam encaminhadas aos respectivos órgãos de proteção e acolhimento, quando identificadas tais necessidades, para que seja fornecido todo o suporte necessário.

### MPSE realizará I Seminário sobre “Direito das Vítimas de Crimes e Atos Infracionais Violentos”

O Ministério Público de Sergipe, por meio da Escola Superior (ESMP) e da Coordenadoria de Apoio às Vítimas (Coavit), promoverá, nos dias 05 e 12 de abril, das 8h às 13h, o I Seminário “Direito das Vítimas de Crimes e Atos Infracionais Violentos”.

O evento será no Auditório Promotor de Justiça Valdir de Freitas Dantas, no edifício-sede do MPSE, e é destinado a membros, servidores e estagiários da instituição, e a todos os interessados. As inscrições podem ser realizadas no site da Escola Superior até o dia do evento em [esmp.mpse.mp.br](http://esmp.mpse.mp.br).

Com carga horária de 10h, o seminário tem o objetivo de capacitar integrantes do MPSE para o atendimento especial às vítimas de crimes e atos infracionais violentos. A iniciativa visa promover o cumprimento da Política Institucional de Proteção Integral e de Promoção de Direitos e Apoio às Vítimas, conforme estabelecido pela Resolução nº 243 de 2021, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

O seminário terá a participação de profissionais especializados de todo o país, com palestras e mesa redonda.

## Judiciário firma acordo que beneficia vítimas de crime e ato infracional



O Poder Judiciário do Pará, por meio de sua presidente, desembargadora Maria de Nazaré Gouveia dos Santos, firmou Termo de Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica 029/2023, para desenvolver ações transversais voltadas à garantia de acesso às vítimas de crime e ato infracional à informação, ao atendimento especializado e à orientação. O ato solene ocorreu nesta terça-feira, 26, no edifício-sede do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA).

Além do TJPA, participam do acordo a Secretaria de Saúde Pública (Sespa), a Secretaria Municipal de Saúde (Sesma), o Centro Universitário do Estado do Pará (Cesupa), o Centro Universitário Fibrá Universidade da Amazônia (Unama) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

A presidente do TJPA enfatizou a grande procura de vítimas mulheres pelo CEAV, bem como a importância da existência de um mecanismo de proteção às vítimas. “Hoje nós temos uma lei forte, com instrumentos fortes e assim chegamos ao nosso termo de acordo de cooperação técnica para as vítimas. Fiquei muito feliz com este termo de adesão. O Judiciário era visto apenas como um poder que cuidava de jurisdição, de processos, de condenação, e hoje vemos o TJPA como um poder que tem esta função social”, disse.

### Aviso de pauta: Núcleo de Atendimento às Vítimas de Criciúma promove reunião ampliada

Ocorre nesta quinta-feira (4/4) a reunião ampliada que marca o início do Núcleo de Atendimento às Vítimas (NAVIT) em Criciúma, com abrangência em toda a região Sul do estado. O encontro será no auditório da sede conjunta do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) e do Ministério Público Federal (MPF), no bairro Milanese.

Articulado pelo MPSC, o encontro irá reunir órgãos públicos e entidades privadas da região que, de forma direta ou indireta, promovem ações de apoio e aconselhamento às vítimas de delitos. A ideia central do encontro é, preservadas a autonomia e as funções características de cada órgão, colher os relatos dos participantes e compartilhar informações sobre as atividades hoje desenvolvidas, identificando pontos de convergência, estabelecendo fluxos de comunicação e, portanto, alinhando os serviços que serão prestados.

## Esmam lança curso “Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes do Estado do Amazonas e Comunidades Tradicionais, Vítimas ou Testemunhas de Violência”

No formato EAD - Online (síncrono), via Plataforma Zoom, com 30 (trinta) horas-aula e voltado para magistrados e servidores, a Escola Superior da Magistratura do Amazonas/Esmam, promoverá no período de 22 a 29 de abril de 2024, o curso “Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes do Estado do Amazonas e Comunidades Tradicionais, Vítimas ou Testemunhas de Violência”.

Do dia 22 a 26, as aulas serão online de 14h30 às 18h30 em paralelo com o ambiente virtual de aprendizagem, onde terão atividades referentes a cada aula e uma atividade final que ficará disponível até dia 29 de abril.

Segundo o diretor da Esmam, desembargador Flávio Pascarelli, “a construção do conhecimento é um processo contínuo e está intrinsecamente ligada ao processo de globalização e, às constantes mudanças sociais e administrativas. Neste sentido, buscamos, por meio da capacitação continuada dos magistrados, suprir a necessidade de uma força de trabalho mais qualificada, detentora de ferramentas capazes de dominar os desafios atuais necessários à realização das suas atividades judicantes.

Para o coordenador-geral de cursos da Escola, juiz Saulo Góes Pinto, o curso tem como objetivo o aperfeiçoamento do exercício profissional das magistradas, magistrados e da rede de saúde amazonense, no que tange ao depoimento especial de crianças e adolescentes e em especial no Amazonas onde grande parte da população é composta por povos de comunidades tradicionais.

## SJC e TJSP fortalecem Programa Estadual de Proteção a Vítimas e Testemunhas terça-feira, 09 de abril de 2024, 15h49



Na manhã desta sexta-feira (05/04), o secretário da Justiça e Cidadania, Fábio Prieto, e o secretário-executivo, Raul Christiano, receberam, no Salão Nobre da pasta, o corregedor-geral da Justiça do Tribunal de Justiça e São Paulo (TJSP), desembargador Francisco Eduardo Loureiro.

Durante o encontro, foram discutidas estratégias para estreitar os laços entre o Programa Estadual de Proteção a Vítimas e Testemunhas (PROVITA/SP) e o TJSP,

visando facilitar e otimizar os procedimentos do programa no acolhimento das vítimas e testemunhas.

Além disso, foram definidas novas iniciativas para promover a divulgação do instrumento, visando uma maior conscientização sobre seu papel entre as instituições que oferecem acolhimento à população.

inscrições abertas

Curso  
**Sistema de proteção à criança e ao adolescente**  
Garantia de direitos, responsabilidade parental e prevenção ao acolhimento – enfoque pautado na assistência social e na Justiça

On-line  
16/4 a 3/12

EPM  
ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA

EDESP  
ESCOLA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O cartão de divulgação apresenta o título do curso, o tema principal, o formato on-line e o período de realização. Inclui também os logotipos das instituições parceiras, EPM e Edesp, e uma ilustração de silhuetas de pessoas em tons de azul, verde e laranja.

A Escola Paulista da Magistratura (EPM), em parceria com a Escola de Desenvolvimento Social (Edesp) da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, promove, de 16 de abril a 3 de dezembro, o curso Sistema de proteção à criança e ao adolescente: garantia de direitos, responsabilidade parental e prevenção ao acolhimento – enfoque pautado na assistência social e na Justiça, sob a coordenação do desembargador Eduardo Cortez de Freitas Gouvêa e do juiz Eduardo Rezende Melo.

As aulas serão realizadas de maneira on-line (Teams), às terças-feiras, das 9 às 12 horas. São oferecidas 700 vagas, gratuitas e abertas a magistrados da Infância e Juventude, profissionais das equipes técnicas interprofissionais das respectivas varas, promotores de Justiça, defensores públicos, técnicos da rede socioassistencial do estado e conselheiros tutelares. Haverá emissão de certificado àqueles que apresentarem ao menos 75% de frequência.

As inscrições estão abertas até 14 de abril. Os inscritos serão matriculados automaticamente, respeitados o número de vagas e o público-alvo. Dúvidas poderão ser dirimidas por meio do e-mail [epmcursosrapidos@tjsp.jus.br](mailto:epmcursosrapidos@tjsp.jus.br). Confira a programação e outras informações no site da EPM.

## PGJ se reúne com membros do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas e fortalece parceria



O Procurador-Geral de Justiça (PGJ), Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior, reuniu-se na tarde desta sexta-feira, 05/04, com representantes do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (PROVITA). Na abertura da reunião, o PGJ destacou a importância e reiterou o compromisso do Ministério Público do Amazonas com o PROVITA.

“Esta parceria é fundamental para garantir credibilidade e a confiança das vítimas, testemunhas e de todos aqueles que buscam o Programa como forma de viabilizar suas ações na justiça”, afirmou o PGJ, Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior

Segundo a Procuradora de Justiça e Gerente de Acompanhamento do PROVITA, Sarah Pirangy de Souza, a reunião teve como objetivo apresentar a instituição que sedia o Programa, promovendo debates e realizando o ciclo de monitoramento do Sistema Nacional de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, feito por agentes da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH).

## MPDFT lança projeto Conte com o MP para vítimas e familiares do feminicídio e homicídio

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) institucionalizou nesta sexta-feira, 12 de abril, o projeto Conte com o MP. A iniciativa tem como objetivo proporcionar às vítimas e familiares do feminicídio e homicídio, na forma tentada e consumada, um atendimento humanizado durante o curso processual, oferecendo acolhimento, informações e encaminhamentos psicossociais. A solenidade de assinatura da portaria ocorreu na Sede do MPDFT e contou com a presença do procurador-geral de Justiça do Distrito Federal, Georges Seigneur, e de promotores de Justiça.



Além de atender às vítimas e familiares do feminicídio e homicídio, o projeto busca incentivar uma postura colaborativa da vítima, para fins de qualificação da prova do crime, e evitar a revitimização secundária. O projeto é uma realização do Núcleo de Atenção às Vítimas (Nuav), com apoio do Núcleo do Tribunal do Júri e de Defesa da Vida e do Núcleo de Gênero (NG), e é voltado para as Promotorias de Justiça do Júri.

## Comissão aprova projeto que dá a mulher vítima de violência doméstica no exterior o direito de ter processo julgado no Brasil



A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei para permitir que brasileiras vítimas de violência doméstica no exterior possam optar por ter o processo julgado no Brasil, no local de seu domicílio original.

A proposição inclui a medida na Lei Maria da Penha.

O texto aprovado reúne os projetos de lei 1982/19 e 4567/19, dos deputados licenciados Leandre (PR) e Marreca Filho (MA), respectivamente. A matéria foi relatada pela deputada Silvyne Alves (União-GO).

“As mulheres brasileiras vítimas de violência doméstica no estrangeiro encontram-se muitas vezes em situação muito vulnerável, sendo um avanço importante assegurar a elas os direitos previstos na Lei Maria da Penha”, afirmou a relatora.

Parte excluída

Silvyne retirou do texto a parte que permitia à mulher e aos filhos retornar ao Brasil e aqui permanecer até a conclusão dos processos. O trecho, explicou a relatora, colide com tratados internacionais respaldados pelo Brasil.

“A Convenção de Haia tem a premissa de impedir que crianças sejam retiradas de seu país de residência habitual sem a autorização de ambos os pais ou do guardião legal do menor”, lembrou.

A relatora observou ainda que outro projeto (PL 565/22), já aprovado pela Câmara e agora em análise no Senado Federal, aborda melhor a questão, ao prever o deslocamento dos filhos que também estejam expostos a um contexto de violência doméstica.

## Atendimentos especializados do TJSC às vítimas de crimes aumentam 26% em 2024

A Central Especializada de Atendimento às Vítimas de Crimes, de Atos Infracionais e de Violência Doméstica e Familiar (CEAV), do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), atendeu 87 pessoas de 1º de janeiro a 17 de abril. Isto representa um aumento de 26.09% em relação ao mesmo período do ano passado.

Dos 87 atendimentos, 29 foram pedidos de medida protetiva de urgência. Houve atendimentos para pessoas em situação de rua, pessoas com deficiência (PcD) e uma mulher trans que teria sido vítima de uma tentativa de feminicídio. Nestes primeiros meses, 97% das pessoas que procuraram o serviço foram mulheres.

Coordenadoria da Mulher do TJPB promoverá Simpósio para abordar saúde mental das vítimas de violência



No dia 27, será realizado o 'II Simpósio de Enfrentamento à Violência Doméstica: reflexão sobre saúde das vítimas', para tratar sobre os impactos na saúde mental decorrentes desse crime que atinge milhares de mulheres e seus familiares. O evento é promovido pela Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça da Paraíba, em parceria com o Projeto União Médica. O Simpósio será realizado no auditório do Campus da Famene (Av. Frei Galvão, 12 - Gramame), em João Pessoa, a partir das 8h.

Segundo a coordenadora da Mulher do TJPB e juíza titular da 3ª Vara Mista da Comarca de Santa Rita, Anna Carla Falcão, o Simpósio é um segmento de um projeto desenvolvido pela Coordenadoria, que faz uma relação do enfrentamento e combate à violência contra a mulher e a saúde da vítima e seus familiares. "Durante as audiências, eu percebo as consequências nefastas que a violência doméstica gera na saúde dessas mulheres e das pessoas que estão ao seu redor, sobretudo, em seus filhos e filhas. Consequências que muitas vezes são irreversíveis", pontuou a coordenadora.

A juíza disse, ainda, que os profissionais do Direito, principalmente magistradas e magistrados que atuam nessa área, "precisam buscar formas efetivas de auxiliar na melhoria das condições psicológicas dessas vítimas e este Simpósio é uma dessas maneiras que encontramos".

Oliveira e Costa fala da necessidade de dar maior centralidade à vítima

Em entrevista concedida ao Jornal da Bandeirantes Gente, nesta sexta-feira (19/4), o procurador-geral de Justiça, Paulo Sérgio de Oliveira e Costa, disse que o MPSP deve dar maior centralidade à vítima em sua atuação, buscando, para além da condenação do réu, a reparação do dano.

"Quero dizer aqui para a Rádio Bandeirantes. O Ministério Público tem lado e o nosso lado é o lado da vítima do crime e a vítima da violação de direito, aquela que sofre com a insegurança alimentar, aquela que sofre com a ausência de direito social", afirmou Oliveira e Costa na conversa com os jornalistas Pedro Campos, Thays Freitas e Sonia Blota.

O PGJ tratou ainda de questões como a cracolândia, o enfrentamento ao crime organizado e a maioria penal.

## MPES e municípios firmarão parceria para apoio às vítimas de violência

### **MPES e municípios firmarão parceria para apoio às vítimas de violência**

O Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES), por meio do Núcleo de Apoio às Vítimas de Violência (NAVV), realizará, no dia 25/04 (quinta-feira), às 14 horas, a Cerimônia de Assinatura do Termo de Cooperação com os municípios visitados do Estado, visando a divulgação deste Núcleo, bem como promover o fortalecimento da rede de apoio psicossocial às vítimas de violência e seus familiares.

“A solenidade será realizada no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça, em Vitória, e contará com a presença de autoridades, gestores municipais e representantes das Secretarias de Estado com atuação na área.

O evento também contará com a presença do Corregedor Nacional do Ministério Público, conselheiro Ângelo Fabiano Farias, que falará da atuação do Ministério Público brasileiro em relação às vítimas de violência.

O Termo de Cooperação visa fomentar parcerias, bem como aproximar ainda mais o MPES e os municípios, dando visibilidade à sociedade que a vítima tem seus direitos zelados pelo Ministério Público Estadual.

### Entrevista fala de estupro de vulnerável e da atuação ministerial na proteção das vítimas e responsabilização dos agressores

O MP no Rádio trata nesta edição de estupro de vulnerável, violência sexual grave e que tem como vítimas, majoritariamente, meninas com menos de 14 anos. A entrevistada é a promotora de Justiça Laryssa Camargo Honorato Santos, que atua na Promotoria de Justiça de Infrações Penais Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Curitiba, unidade especializada do Ministério Público do Paraná. Durante a conversa ela explica o que é esse crime, fala da atuação do MPPR nessa área, tanto na responsabilização dos agressores quanto na proteção das vítimas, e de como é importante se noticiar às autoridades qualquer suspeita desse tipo de violência.

Na última semana, no site do MPPR, foi divulgada a condenação de um agressor denunciado pelo Ministério Público do Paraná em Castro pelo crime de estupro de vulnerável contra a filha: os abusos teriam começado quando a menina tinha apenas oito anos. Segundo números do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, só no primeiro semestre do ano passado, o Brasil teve 34.428 registros de estupro e estupro de vulnerável de meninas e mulheres, sendo que a grande maioria desses crimes, 74,6% deles, tratam de estupro de vulnerável. A pesquisa aponta ainda que, no caso das crianças de 0 a 13 anos, 86,1% dos agressores eram conhecidos das vítimas, em sua maioria familiares próximos.

## Ministério Público firma parceria com 22 municípios para acolhimento das vítimas de violência



Visando o fortalecimento da rede de apoio às vítimas de violência e seus familiares, o Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES), por meio do Núcleo de Apoio às Vítimas de Violências (NAVV), realizou, na tarde desta quinta-feira (25), a cerimônia de assinatura do Termo de Cooperação com 22 municípios.

A solenidade, realizada no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça, contou com a presença do Governador do Estado, Renato Casagrande; da Procuradora-Geral de Justiça, Luciana Andrade; do Corregedor Nacional do Ministério Público, conselheiro Ângelo Fabiano Farias; além de prefeitos, autoridades e representantes dos municípios.

Ao abrir o evento, a coordenadora do NAVV, Procuradora de Justiça Márcia Jacobsen agradeceu a presença de todos e demonstrou entusiasmo com os resultados da iniciativa, além de destacar a importância da união entre o MPES e os municípios, especialmente o apoio do governo do Estado.

A Procuradora-Geral de Justiça, Luciana Andrade, ressaltou que o Termo de Cooperação é fruto do empenho da instituição em unir esforços para garantir direitos a sociedade e prevenir atos de violência.

“O dia de hoje é de alegria, porque estamos formalizando um compromisso de que vamos olhar para essa temática, olhar para esse assunto. E a partir desse compromisso nosso, vamos criar uma agenda com entregas concretas, para que possamos evoluir nessas questões e prevenir, o máximo possível”, destacou Luciana Andrade.

# Banco de Peças - CAO-VÍTIMAS

O Centro de Apoio Operacional de Defesa das Vítimas, Testemunhas e Colaboradores, informa que o Banco de Peças e o Portal do CAO encontram-se atualizados com materiais de apoio, manual de atuação, instruções de Pesquisa Processual, Leis, Decretos, Regulamentos acerca dos Programas de Proteção, entre outros materiais, para auxiliar os Membros e Servidores na execução das atividades finalísticas, relacionadas à área do Direito das Vítimas, Testemunhas e Colaboradores.

